

EDUCAÇÃO E PRUDÊNCIA EM KANT

*Isadora Taborde*¹

Resumo: o homem, em seus primeiros momentos existenciais, encontra-se mais próximo da animalidade do que de sua humanidade, dessa forma, requer disciplina, cultivo, civilidade e por fim; moralidade. Tal como uma pedra bruta carrega em si infinitas possibilidades e formas, desde as mais sórdidas, às mais sublimes e extraordinárias, o ser humano precisa ser lapidado para que seja capaz de distanciar-se de sua condição meramente mecanicista e determinada, e passe, a partir do uso de sua razão, agir livremente. A presente pesquisa tem, portanto, como objetivo analisar a posição da educação e a função da prudência no processo de aperfeiçoamento humano, a partir do pensamento do filósofo Immanuel Kant motivada por observações realizadas em aula diante da análise do funcionamento da turma.

Palavras-chave: Prudência; Educação; Moralizar; Cultivo; Aperfeiçoamento.

Abstract: man, in his early existential moments, finds himself closer to animality than humanity, and thus requires discipline, cultivation, civility and morality. Just as a rough stone bears within itself endless possibilities and shapes, from the most sordid to the most sublime and extraordinary, the human being needs to be polished to be able to distance himself from his merely mechanistic and deterministic condition and, by the use of reason, act freely. This paper, therefore, aims to analyze the place of education and the role of prudence in the process of human improvement, based on the thoughts of the philosopher Immanuel Kant and motivated by observations by analyzing how the class operates.

Keywords: Prudence; Education; Moralize; Cultivation; Improvement.

Introdução

Considerando a posição filosófica kantiana, na qual entendemos o homem como aquilo que a educação faz dele, o processo de aperfeiçoamento humano deve acontecer por meio da arte da mesma, cuja prática, passa por quatro momentos essenciais, a saber: disciplinar, cultivar, civilizar, moralizar.

O destino dessa jornada, segundo um legítimo iluminista, não poderia ser se não, um desenvolvimento progressivo da espécie, para o qual podemos contar com dois pilares fundamentais: O primeiro, constituído pelas ferramentas involuntárias, próprias da natureza humana, tal como o antagonismo. Elemento

¹ Mestranda em Filosofia Moral e Política no departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: isadoraf.taborde@gmail.com

apontado principalmente na filosofia da história kantiana, que destaca a inclinação dos homens para associarem-se em sociedade, uma vez que dessa forma, sentem-se mais como homens, mas que simultaneamente, sentem uma imensa repulsa, uma forte tendência ao isolamento, dito de outro modo; a insociável sociabilidade dos homens. Uma espécie de mecanismo, que na medida em que atrai os indivíduos à socialização, os impele para um estado de competição, o que é pensado como um estimulante essencial para o progresso, o qual foi extremamente bem exemplificado em sua analogia com as árvores, escrita na quinta proposição da obra que daria início à filosofia da história alemã, ou seja, a *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*:

Assim como as árvores num bosque procurando roubar umas às outras o ar e o sol, impelem-se a busca-lo acima de si, e desse modo obtém um crescimento belo e aprumado, as que, ao contrário, isoladas e em liberdade, lançam os galhos ao seu bel-prazer, crescem mutiladas, sinuosas e encurvadas. Toda cultura e toda arte que ornamentam a humanidade, a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade, que por si mesma é obrigada a se disciplinar e, assim, por meio de um artifício imposto, a se desenvolver completamente os germes da natureza (KANT, 2016, p.11).

Por sua vez, o segundo pilar, diz respeito à liberdade, e é constituído basicamente pela educação e suas quatro fases representantes da transição da animalidade à humanidade.

Como já se sabe, o destino da educação é o desenvolvimento das disposições naturais do homem. O seu estágio final é, portanto, o moralizar humano, e, embora a mesma não possa tornar indivíduo algum moral, ela o preparará para a decisão de ser ou não um sujeito esclarecido. Dessa forma, aquele que atravessou o portal entre o âmbito nebuloso da covardia e preguiça, característicos da menoridade, para a luz do esclarecimento, estará libertando-se do despotismo dos instintos inatos à rudeza da natureza humana, anteriores ao seu cultivo e polimento.

1. A Educação

A natureza, a partir de sua aparente despreocupação com o bem-estar dos homens, quis que os mesmos retirassem todo o seu sustento das próprias capacidades, não atoa que não lhes foram conferidas garras, chifres ou velocidade e força em níveis consideráveis, tornando aquilo que faz dos seres humanos únicos, também o único meio de sobrevivência: a razão. Faculdade

pela qual o homem exerce todas as suas forças para além do simples instinto natural.

A humanidade está destinada, portanto, a sair desse estado animalesco, pois, parte de um estágio natural no qual lhe foi concedida a possibilidade do uso da razão, entretanto, o foi outorgado também a responsabilidade de desenvolvimento de tal faculdade uma vez que ela não foi dada como um projeto acabado, mas como condição de possibilidade de buscarmos, enquanto espécie, o aperfeiçoamento de nossas disposições naturais através da educação. Conduzindo tal situação às máximas consequências e enfatizando o fato da impossibilidade de tornar um indivíduo moral, torna-se enriquecedor também recordar uma passagem kantiana encontrada na Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático, na qual o autor faz a prescrição de três máximas que conduzem o ser humano à sabedoria:

Exigir sabedoria, como ideia do uso prático, legal e perfeito da razão, é por certo exigir muito do ser humano; mas nem mesmo num grau mínimo um outro pode infundir sabedoria nele, já que tem dele retirá-la de si mesmo. A prescrição de alcançar esse fim contém três máximas que conduzem a ele: 1. Pensar por si mesmo, 2. Colocar-se no lugar do outro (na comunicação com seres humanos), 3. Pensar sempre em concordância consigo mesmo (KANT, 2006, p. 98 – 99).

A noção de que os indivíduos devem retirar tudo de si mesmos, de que devem alcançar a capacidade de agir moralmente de forma inteiramente autônoma, ou seja, sendo esclarecidos e capazes de encontrar os princípios do seu agir nas leis de sua própria razão parece colidir com as concepções relativas à educação, à disciplina, à prudência e, para que possamos evitar a precipitação de julgar a existência de uma contradição no pensamento kantiano, torna-se de suma importância que tenhamos cautela em caminhar por essas linhas de pensamento. Uma vez que precisamos, antes de mais nada, ter as fases da educação, (expostas na obra originária do curso proferido pelo filósofo “Sobre a Pedagogia”), e suas funções no processo de aperfeiçoamento humano, esclarecidas em nossas mentes.

Tendo em vista o estado bruto no qual o homem encontra-se no início de sua vida, não parece ser minimamente plausível a pressuposição de que o mesmo possa gozar de autossuficiência e autonomia em suas ações nesse período, o que se torna evidente se pensarmos que dentre os animais, o ser humano é o único que requer cuidado. Não apenas em sentidos basilares, tais como nutrição e o manter-se aquecido, mas também para que não faça uso

nocivo de suas forças, fato este que nos dá um relevante indício da posição da educação na existência humana, uma vez que nos primeiros momentos, o homem é incapaz de formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Eis que uma geração educará a outra, extraindo pouco a pouco todas as qualidades provenientes da natureza humana.

Esse processo de desenvolvimento das disposições dos seres racionais, tem seu início através da disciplina de forma estritamente negativa, distanciando-os de suas inclinações animais, impedindo-os de mergulharem em selvageria. Trata-se de um aprendizado acerca da submissão; primeiramente às leis da humanidade, para mais tarde, por fim, às leis da sua própria razão. Inclinados à liberdade, a disciplina deve ser imposta sem delongas, logo na infância, uma vez que o passar do tempo, pode impedir seu sucesso e acarretar em uma conservação do estado de brutalidade durante uma vida inteira. Fica claro, o longo caminho a ser trilhado rumo à moralidade, fica cristalino, portanto, que não pode haver esclarecimento, sem que exista antes a formação, constituída basicamente por disciplina e instrução. Dito de outro modo, a humanidade só pode tornar-se humana por meio da educação. Entretanto, nesse ponto, abre-se um breve parêntese para uma pequena reflexão acerca dos limites do potencial humano: Somos ensinados e conduzidos por seres da mesma espécie, com as mesmas condições e estruturas cognitivas, logo mantemos o mesmo ritmo de caminhada de progresso... A consequência disso, e que poderia gerar inúmeros questionamentos interessantes, é que talvez jamais possamos vir a descobrir quais são, de fato, os limites de desenvolvimento das disposições naturais, uma vez que desconhecemos seres superiores que pudessem ajudar nessa evolução, assim como aqueles sujeitos que parecem estar um pouco à frente, não demonstram interesse e preocupação no problema central do aperfeiçoamento da espécie; a educação.

Um princípio de pedagogia, o qual principalmente os homens que propõem planos para a arte de educar deveriam ter ante os olhos é: não se devem educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação. Este princípio é da máxima importância. De modo geral, os pais educam seus filhos para o mundo presente, ainda que seja corrupto. Ao contrário, deveriam dar-lhes uma educação melhor, para que se possa acontecer um estado melhor no futuro (KANT, 1999, p.23).

O destino do aperfeiçoamento da espécie fica sempre à mercê das gerações futuras, dando pequenos sucessivos passos a partir das heranças de

cada geração passada, enfrentando inúmeros obstáculos como os citados acima, mas sempre visando o estabelecimento de um projeto educativo cosmopolita, para que, gradativamente, seja possível progredir de um grau de inteligência a outro.

No mais, sendo a disciplina a primeira fase da educação e consistindo basicamente, como já sabemos, em “domar a selvageria”, o próximo passo não deve ser negativo tal como o primeiro, mas será a parte positiva do processo educacional, a fase da instrução, do cultivo, no qual o homem deve tornar-se culto, ou seja, momento em que passará a tomar posse de diversos conhecimentos, adentrando nas ciências de modo geral, adquirindo direcionamento e habilidades para posteriormente sair da sujeição. Afinal, apenas desse modo, o ser humano poderá ter suas capacidades alargadas e condições de ir ao encontro da saída de seu estado anterior primitivo, uma vez que é um ser dotado de racionalidade e por esse motivo possibilidade de não se submeter necessariamente às suas inclinações, dessa forma, podendo construir a autonomia de sua identidade. É disso, portanto, que se trata a teoria pedagógica kantiana; um constante movimento na tentativa de progresso para um estado mais distante possível da menoridade, embora sem a certeza de um contínuo sucesso.

Entretanto, é interessante lembrar o quão sutil e, ao mesmo tempo, evidentemente problemática, pode ser a questão da liberdade dentro das fases preliminares da educação, haja vista que é necessário habituar o educando a dirigir corretamente a sua liberdade, assim como ensiná-lo a conciliar com a submissão proveniente dos constrangimentos das leis. Disso, é possível presumir que, uma vez sendo a liberdade pensada, surgem as questões relacionadas à moralidade:

O homem deve, antes de tudo, desenvolver as suas disposições, para o bem; a Providência não as colocou nele prontas; são simples disposições, sem a marca distintiva da moral. Tornar-se melhor, educar-se e, se se é mau, produzir em si a moralidade: eis o dever do homem. Desde que se reflita detidamente a respeito, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação, e esta, por sua vez, depende daqueles. Por isso, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte; a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite à geração que lhe segue (KANT, 1999, p. 20).

Não há instinto que guie o ser humano naturalmente à educação, trata-se de uma ferramenta construída com o próprio esforço mental, entretanto, também não há humanidade sem a mesma... Eis que esbarramos em um empecilho extremamente delicado, tendo em vista que da mesma forma, a moralidade não poderia ser sequer cogitada sem os dois pressupostos basilares (humanidade e educação) citados anteriormente. A moralidade, como uma dependente do progresso educacional, é um território a ser construído pela ação humana, tendo em vista que diferentemente de como Rousseau poderia conceber, Kant (embora tenha lido “*Emílio*” com muito entusiasmo e tenha sido um grande admirador da perspectiva rousseauiana de educação), não infere necessariamente uma espécie de juízo moral definitivo ao ser humano por natureza, sua afirmação é de que o homem deve ser educado para o bem, pois, está destinado, por sua razão, a passar pelas fases anteriormente expostas para o seu aprimoramento, uma vez que possui intrinsecamente uma propensão a se abandonar passivamente aos atrativos do comodismo, ao ilícito, ao bem-estar julgado como felicidade.

Definir um valor moral anterior ao processo educacional poderia facilmente incorrer em equívocos e contradições, uma vez que a experiência revela conteúdo para o bem e para o mal, e que moralidade é posterior ao processo de saída da rudeza original, a qual o filósofo de Königsberg não pensava termos ainda alcançado enquanto espécie.

2. Prudência

Como foi indicado anteriormente é por meio do cultivo, do conhecimento, que os seres humanos desenvolvem a mando da razão, suas faculdades, bem como potencializam suas condições de progresso. Desse modo, o conceito de Klugheit, traduzido por prudência, diz respeito ao que seria o terceiro momento da formação de um sujeito, a saber, o civiliza-se.

No entanto, como infelizmente não contamos com um escrito apenas sobre a questão da prudência, e o termo surge em várias preleções, enfrentamos diversas dificuldades para o estabelecimento de uma definição concreta, assim como do seu papel na estrutura filosófica kantiana. Tornando-se, por esse motivo, primordial, um sobrevoos bastante amplo no pensamento de Kant para entendermos qual a posição desse elemento, qual seria a sua função para o processo de aperfeiçoamento humano rumo à moralidade, uma vez que se trata de um princípio da ação associada aos meios, além de ser permeado por sentimentos patológicos contendo um interesse específico... Características estas que parecem impróprias para a definição kantiana de moralidade, tendo em vista que o pensamento moral do autor prussiano, de acordo com as interpretações

mais recorrentes, defende justamente um ideal de desinteresse, de dever pelo dever, entendendo que a partir do fato dos seres humanos serem dotados de sensibilidade e racionalidade, devem conseguir alcançar a capacidade de agir com distanciamento das paixões inerentes ao lado sensível, e assim buscar a lei da própria razão para o estabelecimento dos princípios de suas ações, afinal apenas dessa forma o ser humano poderia agir livremente, saindo de um estado de escravidão das inclinações provenientes da sensibilidade.

Se por sua própria essência, a prudência está impossibilitada de servir como um princípio incondicionalmente válido para a moralidade, isso só aponta o caminho a não seguir, entretanto, não exclui as relações ainda passíveis de serem feitas com a moral, uma vez que se trata de uma doutrina presente entre aquelas que podem contribuir para a perfeição humana.

Quando adentramos mais profundamente no âmbito da Antropologia, torna-se ainda mais claro o caráter realmente prático da definição de prudência, no sentido de que sua função está direcionada à vida prática, imersa em elementos empíricos, sendo relacionada à destreza nas escolhas dos meios, à sagacidade para a atingir os fins e até mesmo à utilização de outros para a concretização dos objetivos definidos, logo está associada ao trato consigo mesmo e com os demais. Nesse sentido revelando-se diferente daquilo que entendíamos como habilidade provenientes da instrução, tendo em vista que poderíamos facilmente pensar em alguém extremamente hábil para fazer restauros, consertos e até mesmo para produzir coisas, sem que com isso, possamos pressupor também suficiência de inteligência e agudeza para usufruir de suas habilidades no que tange o estabelecimento de relações com outras pessoas, ganho de prestígio, notoriedade social, entre outras coisas que em suma dizem respeito basicamente ao para aprender acerca do civilizar-se.

Dito de outro modo, habilidade e prudência não estão necessariamente imbricadas, são elementos e disposições distintas a serem aprimoradas, cada qual a sua maneira, sem um peso hierárquico, embora esse também seja um questionamento interessante a ser analisado. Ambas fazem parte do escopo da educação, como foi evidenciado na obra *Sobre a Pedagogia*:

A educação deve também cuidar para que o homem se torne prudente, que ele permaneça em seu lugar na sociedade e que seja querido e tenha influência. A essa espécie de cultura pertence aquela chamada propriamente de civilidade. Esta requer certos modos corteses, gentileza e a prudência de nos servirmos dos outros homens para os nossos fins. (KANT, 1999, p. 26)

É visível, portanto, que dada a necessidade dos homens viverem em sociedade, precisam aprender a lidar uns com os outros e, nesse ponto, a prudência parece atrair os holofotes, afinal com ela será possível usufruir das habilidades de forma perspicaz em prol do alcance das finalidades estabelecida. Nessa direção, lembremos a antropologia pragmática, haja vista em que a mesma encontra-se envolta justamente naquilo que o indivíduo pode, faz e deve fazer de si mesmo, distanciando-se estritamente do que ficou entendido por *antropologia fisiológica*, a saber, a doutrina que tomou por objeto aquilo que a natureza fez dos homens, preocupando-se com a parte mecânica, determinada da existência. Um exemplo esclarecedor, adaptado para esse texto, de uma passagem kantiana da obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, diz respeito à memória; ao conhecermos os receptores, o funcionamento dos neurotransmissores e entendermos as estruturas cerebrais de modo geral, temos um conhecimento meramente fisiológico, tal como a natureza concedeu. No entanto, ao usarmos de nossa experiência para analisarmos o que é danoso e o que é benéfico para a nossa memória aplicando em nossas vidas adaptando aos nossos hábitos por meio desse conhecimento, então estaremos fazendo um uso pragmático.

O que faremos, portanto, daquilo que a natureza fez de nós? Mantendo em mente que somos determinados de um lado, mas livres de outro! Condição aparentemente antagônica, mas demonstrada, de maneira magistral, passível de ser compatibilizada na terceira antinomia, presente na primeira crítica, publicada por Kant em 1781, a saber, a *Crítica da Razão Pura*. Na qual o autor pensa as condições e os limites para o conhecimento humano, limpando o território das obscuridades recorrentes por assumirmos conhecer determinados elementos, sem antes tomar para análise a própria faculdade que possibilita esses conhecimentos. Dessa forma, o filósofo prussiano, humildemente desenvolve um pretensioso projeto, que surpreenderia aqueles dogmáticos da época; colocar a razão no banco dos réus, desmistificar a extensão do saber humano, demonstrar as suas possibilidades e, a partir, das condições humanas, não mais construir castelos no ar, mas encontrar um terreno seguro para fixar morada.

De forma um tanto quanto análoga à terceira antinomia, mas em outro âmbito do pensamento kantiano, nos deparamos com mais uma aparente contradição, a qual diz respeito, como já introduzimos anteriormente, à moralidade e a prudência. O que permitiria uma compatibilização entre uma doutrina compromissada com a felicidade e uma ética entendida frequentemente como rigorosamente deontológica? Como um princípio heterônomo poderia coexistir com um projeto de autonomia no mesmo processo em direção à moralidade?

É claro, se estamos em direção, ainda não chegamos, se ainda não chegamos, estamos em algum ponto dessa jornada, nesse sentido Kant esclarece:

Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a verdadeira moralidade. Nas condições atuais pode dizer-se que a felicidade dos Estados cresce na mesma medida que a infelicidade dos homens. E não se trata ainda de saber se seríamos mais felizes no estado de barbárie, no qual não existiria toda essa nossa cultura, do que no atual estado. De fato, como poderíamos tomar os homens felizes, se não os tomamos morais e sábios? (KANT, 1999, p. 28).

Se optamos por assumir a prudência sob a perspectiva do dever intrínseco à existência humana de cultivo e desenvolvimento das capacidades e talentos, não incorremos em uma contradição à moral, pois, conseqüentemente relacionaríamos sua função à educação, logo faria parte do seu quadro de funções preparar os indivíduos para se tornarem cidadãos, assim, poderíamos entendê-la como uma espécie de propedêutica da moralidade, uma vez que ainda não vivemos em tempos suficientemente esclarecidos. Os homens são seres simultaneamente racionais e sensíveis, logo não é possível esperar de seres com tantas inclinações, características puramente angelicais. Não atoa a educação é tomada como a mais árdua tarefa, uma vez que é condição para alcançar a moralidade, estágio para o qual possivelmente engatinhamos.

Um outro aspecto interessante a ser ressaltado, e que poderá auxiliar em nossa jornada rumo à compreensão da função e posição da prudência na arquitetura do sistema kantiano, diz respeito aos apontamentos realizados na Fundamentação acerca da divisão dos imperativos em categóricos e hipotéticos e suas importantes distinções para o princípio de uma ação.

O imperativo categórico, produto da razão, serve especificamente como lei moral, enquanto o imperativo hipotético, como o próprio nome sugere, tem em sua constituição a partícula (se), uma vez que carrega em si um caráter condicional, exemplo: “Se você quer adquirir conhecimento, estude.” A questão enfatizada aqui é sobre o que devemos fazer para atingir determinado fim, como foi exemplificado; se queremos nos tornar indivíduos com uma relevante bagagem de conhecimentos, precisamos seguir a regra estabelecida, ou seja, estudar. Nessa situação, o agente não precisa de reflexão para atingir o fim, basta que consiga instrumentalizar o meio para atingir um fim estabelecido; “Se quer emagrecer, faça dieta e exercícios.” Há uma regra a ser seguida e há um desejo a

ser alcançado, e nesse caso o agente sabe exatamente como precisa agir para alcançar aquilo que lhe apetece.

Entretanto, para além da divisão entre imperativos categóricos e hipotéticos, Kant, mantendo seu caráter sistemático, introduz uma subdivisão ao segundo, nesse sentido, os exemplos citados acima dizem respeito apenas a um modelo de imperativo hipotético; o do princípio da habilidade (destreza), e a chave desse castelo encontra-se justamente no outro, a saber, no imperativo que diz respeito aos princípios da prudência, uma vez que é através desses que o indivíduo deverá ponderar a respeito dos meios que irá aderir em uma determinada ação, exigindo então mais uma capacidade do ser humano, a saber, a da reflexão. Nesse sentido, é dado mais um passo rumo a um desenvolvimento de disposições, uma vez que nessa situação o indivíduo precisa ter a sagacidade de fazer a escolha dos melhores e mais adequados meios para alcançar os seus fins.

A partir dessas considerações, torna-se cada vez mais plausível pensarmos a prudência como um momento anterior à moralidade, haja vista que é nela que percebemos os primeiros indícios de uma propensão humana à moral, uma vez que implica em uma avaliação prévia das ações e uma articulação dos meios para atingir uma finalidade.

Considerações Finais

Evidentemente essa não é uma questão esgotada aqui, as dificuldades são incalculáveis e próprio autor não ofertou uma explanação definitiva, uma vez que o conceito de prudência recebe diversos significados e conceituações ao longo das obras kantianas, o que poderia abrir um leque de interpretações e possibilidades para o uso do termo. Entretanto, tentamos fazer uma análise geral do processo educacional proposto por Kant para entendermos como poderíamos caminhar para um aperfeiçoamento do homem e de que maneira a prudência poderia colaborar para o destino da educação, ou seja, a moralidade.

Para a finalização desse breve estudo, nada mais válido do que apontarmos a relevância do tema para os tempos atuais e os motivos pelos quais fomos guiados a essa direção, tendo em vista que a educação não parece direcionar o ser humano para o mesmo caminho que pensara Kant. O que vemos é uma espécie de desconexão incomensurável entre a vida e os conteúdos estudados, causada possivelmente por uma mentalidade específica que aponta a educação como apenas uma parte da existência humana, que ignora o fato de que a educação está em absolutamente todos os âmbitos de nossas vidas, não apenas nos muros da escola. Há algo de apático, portanto, em como os conhecimentos são dados comumente e em como os alunos parecem ver as mais

diversas áreas do saber como partes isoladas de suas vidas, não internalizando, não construindo uma formação existencial enquanto ser humano. É claro que com esse discurso beiramos o romântico e o utópico, mas toda mudança, embora pequena, tem seu início no plano das ideias e, não seria agradável pensarmos em uma educação para a formação de personalidades ricas, na qual o conhecimento seria prezado por ele mesmo? Uma educação para o desenvolvimento de nossas disposições, para trazer à tona aquilo que temos de melhor, para nos tornar, enfim, mais humanos? Uma educação que mais do que ensinasse, despertasse os indivíduos para o próprio esforço do auto aperfeiçoamento. Evidentemente, se analisarmos a situação em termos práticos, tendemos ao desânimo, uma vez que os obstáculos são inúmeros, porém isso não deve impedir que possamos buscar criar caminhos, mesmo que em dimensões ínfimas.

A educação é, como nos lembrou bem Kant, a tarefa mais árdua para a qual já nos propomos, logo as dificuldades são notáveis e inegáveis, no entanto, isso evidencia ainda mais a localização da chave desse castelo.

Referências Bibliográficas

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: FONTANELLA, F. C. 3 Ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução: Clélia Aparecida Martins. São Paulo: ILUMINURAS, 2006.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução: Ricardo R. Terra. – 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70.

KANT, I. **Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento**. In: Kant I. A Paz Perpétua e Outros Opúsculos. Trad Artur Mourão. Lisboa: Edições 70; 1995.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002

SANTOS, Robinson dos. **Liberdade e coerção: a autonomia moral é ensinável?** *Studia Kantiana*. n.º 11. Dez.2011, p. 201-216.

SANTOS, Robinson dos. **O conceito de Klugheit em Kant**. *Philosophica*, 38, Lisboa, 2011, pp. 91-106

BRESOLIN, Keberson. **A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Trad. Christian Viktor Hamm, Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005